

Dívida externa, uma bomba-relógio

Em 31 de dezembro de 1983, o total da dívida externa dos países em desenvolvimento (fora da Opep) era cerca de US\$ 664 bilhões, sendo que a América Latina chegava a US\$ 309,7 bilhões.

A posição dos países da América Latina era a seguinte (em US\$ bilhões):

Brasil	95
México	86
Argentina	43,6
Venezuela	35
Chile	17
Peru	13
Colômbia	10,6
Uruguai	5,5
Bolívia	4
TOTAL:	309,7 bilhões

A fim de fazer face à sua dívida externa (pagamento das parcelas do principal mais encargos financeiros), a América Latina transferiu para o Exterior, no decorrer de 1983, quase um terço de sua receita de exportações. A relação entre a dívida líquida e as exportações aumentou para 3,5. A consequência imediata foi uma queda de 5,9% na renda per capita. Isto significou um agravamento no padrão de vida de alguns dos povos já dos mais carentes do mundo.

Não é difícil aquilatar as repercussões extremamente sérias desta situação: deterioração não apenas dos sistemas econômicos e sociais, se não também dos padrões políticos, tradicionalmente inclinados a governos centralizadores, tornando, em consequência, muito mais difíceis os esforços que se fazem para o estabelecimento/reforço das incipientes franquias democráticas.

Como última decorrência da crise gerada pela dívida externa, as tensões sociais estão aumentando rapidamente. Por quanto tempo ainda poderá a América Latina esperar por uma solução, que certamente deveria atender aos interesses dos credores, mas, ao mesmo tempo, não constituir impedimento ao progresso da região? Trata-se, afinal, de um programa de pagamento da dívida ou de indenização de guerra?

Brasil: um caso ilustrativo

Brasil, o maior (8,5 milhões de quilômetros quadrados) e o mais populoso país da América Latina (130 milhões de habitantes), tem, também, a dívida externa mais pesada, em termos absolutos: cerca de US\$ 95 bilhões (ver tabela I).

Durante o "Período Áureo" do desenvolvimento econômico mundial (1968/73), o Brasil apresentou altas taxas de crescimento real (média anual de 10%), tendo reduzido sua inflação anual de 92% em 1964 para 25,5% em 1968 e 15,5% em 1973.

Entre as duas crises energéticas (1973 e 1979), o Brasil ainda conseguiu continuar expandindo sua economia, mas, para obter tal resultado, precisou recorrer, em parte, a empréstimos estrangeiros, que se haviam tornado fáceis, pela necessidade de que tinha o sistema monetário internacional de reciclar os petrodólares. Entretanto, as taxas de inflação voltaram a subir (de 15,5% em 1973 para 77% em 1979).

Surgiu, então, mais um elemento complicador: a recessão mundial, agravada pelas taxas de juros, sobretudo elevadas, lideradas pelos Estados Unidos, cuja *prime rate* atingiu 21,5% em dezembro de 1980.

Considerando-se sua substancial dívida externa, não é difícil determinar-se as repercussões negativas sobre a economia do Brasil: a inflação galopou para o patamar insuportável de 211%, em 1983, e, durante os últimos três anos de recessão (1981/1982/1983), o PIB real anual do País caiu de 7,9% positivos, em 1980, para 3,3 negativos, em 83, de cerca de US\$ 300 bilhões para US\$ 225 bilhões. Em apenas um ano, de 82 para 83, a renda per capita diminuiu de US\$ 2.367 para US\$ 1.762.

Este foi o pior desempenho da economia brasileira desde o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945. E o que o torna ainda mais dramático é que estes índices, tão desastrosos, teriam sido ainda mais negativos, não tivesse o País adotado austeras medidas internas de controle da inflação, como o fez, mas que impuseram um sacrifício enorme ao seu povo, cujo poder de compra foi reduzido perigosamente.

A evolução da situação dos outros países da América Latina não difere muito da do Brasil (ver tabela).

A crise da dívida externa

O primeiro sinal de perigo, de grande repercussão, foi a decisão do México, em agosto de 1982, de declarar moratória unilateral quanto aos seus débitos externos. Seguiu-se a reunião do Fundo Monetário Internacional (anteriormente programa-da), que se realizou em Toronto, Canadá, em setembro, também em 1982, quando se tomou consciência de que o México não estava só, isto é, que diversos países da América Latina (e de outras regiões em desen-

volvimento) estavam enfrentando o mesmo e sério problema. A comunidade financeira internacional foi como que tomada de surpresa — e se tornou extremamente restritiva em sua política de empréstimos externos, o que veio a complicar ainda mais a situação, pois que, até aquela época, os países devedores vinham "rolando" suas posições, sem maiores dificuldades. Podemos novamente citar o Brasil, como caso típico. Percebendo que não mais seria possível simplesmente refinar suas necessidades de recursos externos, através da obtenção de novos empréstimos, como vinha fazendo, o Brasil submeteu aos seus credores, em dezembro de 1982, em Nova York, um alentado programa de rescalonamento, posteriormente ampliado, em setembro de 1983, pois se tornara insuficiente.

Após longas e exaustivas negociações, envolvendo mais de 700 bancos credores (e mais de 700 advogados, muito provavelmente), negociações que se estenderam por mais de um ano, o Brasil finalmente conseguiu um "pacote" de US\$ 28 bilhões, dos quais US\$ 6,5 bilhões de dinheiro novo. As condições, embora ligeiramente menos onerosas, ainda assim continuaram em níveis muito elevados, chegando, em certos casos, até a 16,5% anuais, incluindo-se encargos financeiros diversos, além dos juros — e por um período um pouco mais longo mas ainda não suficiente (nove anos, com cinco de carência).

Os empréstimos acima (US\$ 28 bilhões) cobrem apenas as obrigações externas brasileiras vencidas e/ou vencíveis em 1983 e 1984, o que significa que o Brasil, dentro de poucos meses, deverá retornar às arenas de negociações, para discutir seus compromissos para 1985/86/87 e etapas seguintes.

Como pode uma nação trabalhar para melhorar suas condições internas, já por si dramáticas, se precisa dedicar tanto tempo, esforços e recursos para pagar suas obrigações externas? E quando só se conseguem soluções temporárias e de emergência. Impossível!

Apenas a título exemplificativo, para mostrar como têm sido penosas as negociações, relacionamos, a seguir, como se classificam os atuais credores do Brasil (aproximadamente), em grupos:

Bancos privados norte-americanos	25%
Entidades governamentais internacionais	20%
Outros bancos privados internacionais	55%

O sistema econômico

Para que nos possamos preparar adequadamente para o futuro, é inelutável que compreendamos perfeitamente o presente. O mundo atravessa uma fase de rápida transição. O passado ficou irremediavelmente atrás de nós. Vivemos em turbulência, ao transitarmos da antiga para a nova sociedade internacional. Não é mais possível para uma nação dominar sozinha a economia mundial, por mais fortes que sejam seus recursos e suas aptidões.

Vivemos em um mundo interdependente, onde cada nação tem im-

portantes responsabilidades. Fazemos parte de uma economia global. As estruturas básicas para a cooperação econômica internacional precisam não apenas ser preservadas, mas também aprimoradas, imediatamente, antes que a crise da dívida externa escape ao controle, levando consigo não simplesmente os países devedores, mas arrastando, de roldão, os credores.

Argentina: o último aviso

No final de março, um significativo evento ocorreu. A Argentina precisava de US\$ 610 milhões para pagar juros vencidos a bancos norte-americanos. Se deixasse de liquidar estas obrigações, se tornaria inadimplente ("non-performing"), isto é, com débitos vencidos há mais de 90 dias, o que traria profundas consequências negativas, não só para aquele país, como também para os credores. Uma situação extremamente vulnerável.

Sob a liderança do México, cujo presidente se encontrava em visita ao Brasil, uma operação de crédito, sem precedentes, foi montada em apenas algumas horas. A importância necessária foi levantada com a participação de quatro países latino-americanos (Brasil, México, Colômbia e Venezuela), que contribuíram com US\$ 300 milhões. O "Comitê de Bancos Credores" emprestou US\$ 160 milhões e a própria Argentina usou US\$ 150 milhões de suas depauperadas reservas internacionais.

Foi uma extraordinária demonstração de cooperação e de solidariedade latino-americana, pois os países participantes, a seu turno, são também devedores e, mesmo assim, decidiram ajudar a Argentina. Não se pode permitir que tal situação venha novamente a ocorrer. A Argentina chegou perto demais da insolvência, que, se tivesse acontecido, teria causado danos profundos aos sistemas financeiros e políticos internacionais.

O que virá depois?

Os remédios ministrados, até agora, às nações devedoras foram indiscutivelmente insuficientes (muito pouco, muito tarde, muito dispendiosos) e não representaram uma solução, mas um adiamento, levando-as em direção a um ponto crucial, sem retorno. A mera "rolagem" do débito antes agrava do que resolve o problema. Toma tempo demais, estoura os nervos — e traz magros resultados. Com a reativação da economia mundial, embora em níveis diferentes e ainda lenta, em alguns casos, parece chegado o momento propício para que se reúnam urgentemente, representantes qualificados dos credores e dos devedores, juntamente com os das instituições financeiras internacionais. Ademais, é imprescindível a participação de representantes dos governos das principais nações credoras e das devedoras, pois o problema deixou de ser apenas econômico e hoje engloba fundamentais aspectos sociais e políticos.



O mapa dos débitos: as tensões sociais aumentam rapidamente

Em 8 pontos, as bases de um acordo

Pode-se mesmo afirmar que os livres sistemas econômicos e políticos do mundo ocidental correm sério risco. Precisa-se chegar a um acordo multilateral.

Tal grupo deveria ser convocado por um organismo internacional, talvez o Fundo Monetário Internacional, que seria anfitrião, participante e coordenador. Assim, seria constituído um comitê internacional, do mais alto nível.

Creio que os pontos, a seguir enumerados, poderiam servir de base às discussões, que deveriam ser seguidas por medidas imediatas.

1. Mais prazo para pagamento, preferivelmente 20 anos, com dez de carência. Durante os primeiros cinco anos da carência, somente seria exigido dos devedores o pagamento dos encargos financeiros (comissões e outros), mas não os juros, o que liberaria importantes somas de divisas, para serem investidas na reativação da economia interna de cada país devedor. Os juros devidos nesse período inicial seriam acrescidos ao principal e distribuídos proporcionalmente para liquidação no decorrer dos 15 anos restantes. Durante o segundo período de cinco anos de carência (dentro dos dez acordados), seriam pagos os juros e os demais encargos financeiros, sendo que as parcelas do principal somente passariam a ser devidas do décimo primeiro ano, inclusive, em diante.
2. Menores encargos financeiros totais, reduzindo-se as margens de lucro dos emprestadores ao mínimo possível — e em nível consistente com a capacidade dos devedores na geração de recursos externos. Dessa forma, estaríamos reduzindo/eliminando a transferência líquida de fundos ao Exterior, como está ocorrendo, atualmente, com os países devedores.
3. Os juros devedores, tanto quanto possível, deveriam ser fixos, reduzindo-se os empréstimos a taxas flutuantes ao mínimo.
4. Expansão do comércio internacional, com redução/eliminação das barreiras, para que os devedores possam aumentar suas exportações e obter maior volume de divisas.
5. Aos devedores deveria ser possibilitado reter para si uma proporção mais elevada dessas divisas, que seriam usadas para complementar a poupança interna, ajudando, assim, a reativação/melhoria do

seu ritmo de desenvolvimento — e, conseqüentemente, fazendo cessar a deterioração da qualidade de vida de seus povos, como vem acontecendo no momento.

6. Os devedores, a seu turno, deveriam comprometer-se, de maneira irrevogável, a adotar judiciosas e corajosas medidas econômicas, políticas e sociais, em benefício de seus povos.

7. Aumento nos investimentos estrangeiros diretos (capital de risco), cujo fluxo diminuiu, substancialmente, nos últimos anos, notadamente a partir de 1979. O capital de risco proporciona fundamentais vantagens vis-à-vis dos empréstimos, tais como:

- a) E um fator de estabilização, pois fica no país, geralmente, por um longo período de tempo;
 - b) Ajuda uma aceleração mais sustentada do desenvolvimento econômico; e,
 - c) Historicamente, custa menos aos países recipientes, em termos de divisas para cobrir remessas de dividendos.
8. Finalmente, os novos esquemas negociados deveriam ser realistas e fixados a níveis suportáveis pelos devedores.

É fundamental destacar-se que, sob os atuais termos e condições vigentes para os empréstimos, os países em desenvolvimento não têm possibilidade de gerar recursos suficientes para evitar uma deterioração ainda maior de seus padrões de vida, muito menos para melhorá-los. Os empréstimos líquidos ao mundo em desenvolvimento têm caído vertiginosamente desde setembro de 1982. A relação entre dólar investido e dólar emprestado, que, em 1970, era de um para um, desceu ao baixíssimo nível de um para quatro.

Solidariedade: o nome do jogo

As sugestões que apresentamos são apenas indicativas. A explosiva situação do mundo atual exige rápidas e heróicas novas soluções, arquetipadas com imaginação e executadas com determinação.

Temos um grande desafio diante de nós. Não é humanamente aceitável que fiquemos satisfeitos com o bem-estar somente do mundo desenvolvido. Os países mais carentes — que são também os maiores devedo-

res — precisam ser ajudados, de maneira correta e elevada, para que possam melhorar sua qualidade de vida, que não pode descer a níveis ainda mais baixos, sob pena de inexorável revolução social. O que está em jogo não é apenas a prosperidade de alguns, mas a dignidade e o bem-estar de todos.

Este não é o momento para indagarmos se as nações devedoras tomaram emprestado mais do que deveriam ter feito, nem tampouco para inquirirmos se os emprestadores foram demasiado liberais na avaliação dos riscos de crédito. Estamos todos no mesmo barco e é mister lutarmos por um objetivo comum: a recuperação mundial. Somente se permanecermos unidos seremos capazes de prosseguir em nossa caminhada para melhores dias.

Há um importante ponto a ser lembrado: os países em desenvolvimento absorvem 30%/40% dos produtos das nações industrializadas. A necessidade de os países devedores reduzirem suas importações — para poderem acumular divisas com que pagar seus débitos externos — tem afetado, negativamente, o ritmo de recuperação da economia mundial. Ademais, no ano 2000, de acordo com os dados do "Relatório ao Presidente dos Estados Unidos", divulgado em passado recente, cerca de 78% da população estará, naquela época, no Terceiro Mundo. Em outras palavras, lá teremos possivelmente o segmento mais importante de um novo mercado de consumo e de trocas. Quanto mais rápido crescer o poder de compra daquela área, mais depressa poderão os seus povos adquirir bens e serviços do mundo desenvolvido.

Devedores e credores devem ser vistos como aliados, nunca como antagonistas. No fundo, estamos todos lutando pela melhoria das condições humanas.

Por conseguinte, precisamos estabelecer uma estratégia unificada. Devemos todos estar dispostos a fazer os sacrifícios que forem necessários para atingirmos a consolidação de um desenvolvimento econômico/social/político sustentável. Só assim teremos estabilidade e paz. E a única maneira para podermos resolver a crise internacional da dívida externa. Caso contrário, a bomba explodirá, inapelavelmente — e todos seremos atingidos. Lamentavelmente, mas sem a menor dúvida. Vivemos ainda num "Mundo Só", como enfatizou Wendell Wilkie, há mais de 40 anos.

Já estamos na contagem regressiva. Solidariedade é o nome do jogo.

AMÉRICA LATINA: RISCOS DE CRÉDITO (*)

Classificação Regional	Risco de Crédito		Variação		
	Março 1984	Set. 1983	Seis Meses	Um Ano	
1	1	Trinidade & Tobago	50.3	- 1.9	- 3.8
2	2	Colômbia	49.1	- 1.8	- 6.4
3	3	Venezuela	37.7	- 5.7	- 19.7
4	7	México	36.2	- 2.1	- 0.7
5	5	Paraguai	35.4	- 2.2	- 5.2
6	6	Panamá	34.2	- 2.2	- 4.3
7	-	Barbados	30.5	-	-
8	4	Brasil	30.0	- 7.7	- 18.1
9	9	Uruguai	28.6	- 3.9	- 8.3
10	8	Chile	27.3	- 5.5	- 16.7
11	11	Equador	25.4	- 2.8	- 8.2
12	12	Argentina	25.0	- 3.2	- 5.3
13	10	Peru	24.6	- 4.3	- 9.7
14	14	República Dominicana	15.1	0.0	- 2.0
15	13	Jamaica	15.0	- 0.6	- 2.0
16	16	Costa Rica	13.3	1.0	0.4
17	15	Guatemala	12.4	- 0.5	- 1.5
18	19	Cuba	10.4	0.3	- 1.6
19	17	Honduras	10.3	- 0.2	- 2.3
20	-	Haiti	10.2	-	-
21	18	Bolívia	9.6	- 0.5	- 2.5
22	20	Granada	6.4	- 0.2	- 1.3
23	21	São Salvador	6.4	0.2	- 0.5
24	22	Nicarágua	5.3	- 0.1	- 0.8
Risco Médio:			22.8	- 1.8	- 5.4

(*) "Institutional Investors" - ("Brazilian News Briefs - April 9, 1984")

Esta tabela mostra uma continuada deterioração nos riscos de crédito da América Latina, cuja crise de dívida externa a curto prazo se está transformando em um problema a longo prazo. Lamentavelmente, insolvências potenciais e inevitáveis rescalonamentos estão se tornando parte integral do quadro da região.